

# HISTÓRIA DO PENSAMENTO ECONÔMICO (HPE) E MULHERES: A VIDA E OBRA DE JANE MARCET<sup>1</sup>

Mayara da Mata Moraes (UFSC)  
E-mail: [mayaradamatamoraes@gmail.com](mailto:mayaradamatamoraes@gmail.com)

Keysi Conradi (UFSC)  
E-mail: [keysiconradi123@gmail.com](mailto:keysiconradi123@gmail.com)

Natália Machado (UFSC)  
E-mail: [nataliamachadovg@gmail.com](mailto:nataliamachadovg@gmail.com)

Jaqueline Cristina da Rosa (UFSC)  
E-mail: [jaquecrisro1303@gmail.com](mailto:jaquecrisro1303@gmail.com)

Solange Regina Marin (UFSC)  
E-mail: [solmarin@gmail.com](mailto:solmarin@gmail.com)

Liana Bohn (UFSC)  
E-mail: [libohn@gmail.com](mailto:libohn@gmail.com)

**ÁREA TEMÁTICA:** 10 Temas especiais

**RESUMO:** O presente artigo, utilizando de pesquisa bibliográfica, tem o objetivo de versar sobre a relevância da recuperação do papel das mulheres para a Economia e para a História do Pensamento Econômico (HPE). O texto discorre sobre a obra e vida de Jane Marcet, uma das pioneiras na divulgação do conhecimento econômico. Expõe-se também a necessidade de resgatar o papel desempenhado por figuras pregressas, especialmente as mulheres, que foram deliberadamente excluídas do panteão da economia convencional, para que a ciência econômica e seus desdobramentos sejam efetivamente estudados e compreendidos.

**Palavras-chave:** História do Pensamento Econômico, Pensamento das Mulheres, Jane Marcet.

## 1 INTRODUÇÃO

Para Caldwell (2012) e Blaug (2001), a História do Pensamento Econômico (HPE) como disciplina na graduação e pós-graduação possui uma importância imensurável. O seu estudo gera uma série de vantagens pedagógicas como, por exemplo, a promoção de novas

---

<sup>1</sup> Uma primeira versão do texto foi apresentada XXV Encontro de Economia da Região Sul, 2022.

ideias, novas percepções sobre a mente humana, o aprimoramento das habilidades, interdisciplinaridade dos estudantes, além de contribuir para um entendimento mais profundo da Economia e para uma percepção mais acurada de como os *insights* e caminhos econômicos foram trilhados até o momento atual. Uma vez que a HPE provisiona um conhecimento mais íntimo sobre os conceitos econômicos ao fornecer, aos alunos, instrumentos que exibem as sutis diferenças entre um conceito e outro, ela se torna capaz de afetar a compreensão da Economia em si, bem como de suas potencialidades e limitações. Dentre todos esses benefícios, convém ainda mencionar que a HPE representa um espaço em que o aluno é exposto a visões alternativas ao *mainstream*<sup>2</sup>.

Uma crescente de artigos, periódicos e demais projetos de pesquisa tem marcado a HPE nos últimos anos. Uma das justificativas a isso refere-se ao fato de que essa é uma área de refúgio para mentes heterodoxas, mentes que têm foco na função política da Economia e que, ao invés de serem tecnocratas, identificam-se como intelectuais filosóficos. Por reunir diversas correntes além do *mainstream* – embora haja integrantes dessa tradição interessados em HPE – como as marxistas, austríacas, pós-keynesianas e tantas outras -, o campo da HPE incentiva o desabrochar de ideias que sobrepõem a determinação do *mainstream*, atraindo cada vez mais estudiosos. Isso é mais um motivo para entendermos a HPE não como uma forma de especialização dentro da área econômica, mas sim como um estudo da própria Economia, algo que reafirma sua indispensabilidade no currículo de estudantes de graduação (BLAUG, 2001).

Para além de todas essas vantagens, a análise da HPE ainda permite a retomada do conhecimento de pensadoras/es até então esquecidos pela história, especialmente as mulheres. Melo (2016, p. 206) aponta que:

[...] a história em sua versão oficial esqueceu as mulheres, como se nós estivéssemos fora do tempo dos acontecimentos. É preciso transformar o silêncio sobre a lembrança social das mulheres em resgate e reconhecimento da memória, para que os elos entre o passado e o presente com o futuro reforcem a sua importância na sociedade.

As mulheres demonstraram um interesse elevado, quando comparadas aos homens, a questões políticas e sociais e ao estudo econômico do ambiente doméstico, por mais que tenham escrito sobre temas tão diversos quanto macroeconomia marxista, distribuição de renda, economia da educação, economia da discriminação de gênero, taxas de câmbio, teoria do

---

<sup>2</sup> Backhouse (1995) e Angeli (2021) destacam, respectivamente, a importância de se estudar a história do pensamento econômico e a possibilidade de contato com uma maior pluralidade de ideias e metodologias.

comércio internacional, economia monetária, teoria da empresa, teoria do capital, finanças públicas, desenvolvimento, economia institucional e HPE. A partir de algumas economistas, as teorias econômicas, sejam neoclássicas, clássicas, institucionalistas ou marxistas, exploraram a questão do trabalho de produção familiar e do trabalho reprodutivo. Historiadoras do trabalho feminino, tais como Edith Abbott, Alice Clark, Elizabeth Dexter, Bessie Leigh Hutchins, Annie Meyer, Ivy Pinchbeck, Helen Sumner e Caroline Ware, ofereceram análises da experiência de trabalho passada de metade da população tanto no lar como no mercado (DIMAND, R.; DIMAND, M.; FORGET, 2000).

A presença das mulheres na Economia não é de hoje; sua influência se faz mostrar desde os primórdios da economia clássica, momento em que se engajaram especialmente na divulgação de teorias e conceitos econômicos como os propostos por Adam Smith (1723-1790), David Ricardo (1772-1823) e Thomas Malthus (1766-1834). Nessa jornada, destaca-se Jane Marcet (1769-1858), Harriet Martineau (1802-1876) e Millicent Garrett Fawcett (1847-1929), consideradas as três grandes economistas britânicas do século XIX que, usufruindo de uma qualidade de vida elevada, com acesso à educação e com possibilidades de acompanhar o debate econômico de perto, foram responsáveis por divulgar a economia para aqueles que não lograram acesso à disciplina, isto é, as classes mais pobres, os trabalhadores e as mulheres. Apesar da impossibilidade de ascenderem à posição universitária, elas demonstraram que foram capazes de se apropriarem dos principais temas e conceitos da época e escreverem sobre eles de forma didática e educativa. Não à toa as publicações das três fizeram tanto sucesso ao longo dos anos e despertaram o interesse e o elogio dos principais economistas da época (ABAROA; GALLEGO, 2007).

Diante da discussão levantada, a questão que guia nosso artigo é: qual a importância e a contribuição do pensamento das mulheres, sobretudo de Jane Marcet, para a reorientação do escopo de atuação da HPE? A fim de responder este questionamento, o objetivo geral é enfatizar a importância da HPE por meio do resgate do papel das mulheres e, em especial, de Jane Marcet, como forma de reorientar e ampliar o escopo da leitura do pensamento econômico tradicional. Para atingir o objetivo geral, o texto faz uso de pesquisa bibliográfica para apresentar as ideias e o contexto histórico de Jane Marcet como forma de resgatar a sua contribuição para a construção do pensamento econômico do século XIX e de pontuar a importância da recuperação do pensamento das mulheres em geral para a Economia. O motivo de Jane Marcet ser escolhida foi o seu pioneirismo na propagação de ideias e teorias econômicas, a sua forma peculiar de

escrita – perguntas e respostas – que valoriza a didática e a fácil assimilação dos principais conceitos, e a sua influência nas pensadoras que lhe sucederam, tais como Fawcett e Martineau.

Ressalta-se ainda o teor inovador do presente trabalho, o qual viabiliza a propagação do pensamento econômico feminino, haja vista a inexistência de pensadoras nos manuais de HPE adotados nos cursos de graduação. Além desta introdução, o presente artigo apresenta a biografia, o contexto e as contribuições de Jane Marcet para a Economia. No final, dedica-se um espaço para as considerações finais.

## **2 JANE MARCET: CONTEXTO E CONTRIBUIÇÕES**

### **2.1 O Contexto Histórico do Paradigma Clássico**

Segundo Becchio (2020), foi no século XIX que o questionamento quanto às condições das mulheres se tornou urgente, pois, tradicionalmente, elas foram submetidas aos homens a partir de uma perspectiva cultural, como uma aplicação do princípio da supremacia da liberdade individual, um marco dentro da tradição do liberalismo clássico. No Iluminismo, o debate a respeito da ascensão feminina e da igualdade entre os sexos tornou-se essencial entre muitos estudiosos. No sexto volume da *Encyclopedia*, cuja sujeição das mulheres foi retratada como um resultado construído pelo patriarcado, reconheceu-se a importância da participação feminina no âmbito legal e econômico, visto que os direitos naturais individuais devem ser iguais para ambos os sexos. Este debate pontuou os valores “femininos”, alicerçados na esfera emocional, considerando-os complementares e não inferiores aos valores masculinos baseados na racionalidade. Também foi reconhecido como fundamental para utilidade pública o papel exercido pelas mulheres como mães e esposas na sociedade. Estes preceitos posteriormente deram origem a versão liberal-individualista do feminismo, baseada na igualdade dos indivíduos, bem como na versão mais ampla do feminismo, baseada na especificidade do papel da mulher na sociedade (BECCHIO, 2020).

Várias sociedades foram formadas durante a Revolução Francesa, como a *Société fraternelle de l'un et l'autre sexe* e a *Société des républicaines révolutionnaires*, que tinham como membros apenas mulheres. Em 1791, a feminista francesa Olympe de Gouges (1748-1793) publicou sua *Declaration of the Rights of Woman and the Female Citizen* e, em 1792, a escritora inglesa Mary Wollstonecraft (1759-1797) publicou *A Vindication of the Rights of Woman*. Estes dois livros podem ser considerados as primeiras publicações feministas da

modernidade, marcos na história da libertação das mulheres, voltados ao propósito de lutar pelo *status* jurídico e político das mulheres. Wollstonecraft e Gouges tinham um projeto de emancipação das mulheres que começava com o acesso à educação e inclusão na vida pública<sup>3</sup>

Já em 1869, John Stuart Mill (1806-1873) publicou *The Subjection of Women*, uma obra fortemente influenciada por sua esposa Harriet Hardy Taylor Mill (1807-1858), a fim de discorrer sobre os modos de alcançar a perfeita igualdade entre os sexos. Entre Wollstonecraft e Mill, a questão da mulher estava inserida na economia política: de fato, a batalha pela educação das mulheres passou a se concentrar na necessidade de incluir os estudos econômicos (BECCHIO, 2020).

De acordo com Rostek (2014; 2019), durante o reinado da rainha Victoria (1837-1901), as mulheres britânicas eram tradicionalmente sujeitas aos homens, forçadas ao casamento e ao ambiente doméstico, pois estes eram vistos como o único caminho para sua realização. A Era Vitoriana teve como característica uma sociedade patriarcal que tinha como base a família, em que a mulher era vista como a ‘a dama do lar’. A mulher britânica, nesse período, era educada para casar-se, constituir família e ser submissa ao marido e que, se assim fizessem, seriam felizes. A educação das mulheres estava em afazeres considerados femininos (aprender línguas, estudar literatura, arte, bordar, costurar) para o bom cuidado do lar e da família. Um dos maiores empecilhos para a emancipação econômica das mulheres foi o acesso à educação, uma vez que eram impedidas de entrarem em universidades, clubes e sociedades acadêmicas envolvidas na formação de liderança. A educação que as mulheres recebiam era focada em línguas estrangeiras, literatura e arte, pois as instruíam como futuras esposas e mães de classe média e alta (*apud* BECCHIO, 2020).

O contexto do Vitorianismo, na Inglaterra do século XIX, propiciou o progresso das ciências e da técnica e criou o ambiente ideal para o surgimento de um tipo feminino de perfil peculiar. O questionamento religioso junto a um processo de evolução indiferente aos anseios da sociedade gerou a necessidade de encontrar um ponto de equilíbrio entre o privado e o público – essa base foi o lar e seu representante tinha que ser alguém com as qualidades de guardiã da moral e da castidade; da necessidade de um *anjo do lar* fez nascer a mulher vitoriana (MONTEIRO, 1998, p. 61).

---

<sup>3</sup> Olympe de Gouges, após a Reivindicação de Mary (1790) e diante da Revolução Francesa perguntou onde está minha revolução e ainda “*when I get to be a charter participant in the rights of man?*” (*The Rights of Woman*, 1792), a resposta da Revolução Francesa foi a guilhotina para Gouges e a reação inglesa para Mary foi a desgraça (FALCO, 1996, p. 6).

Diante desta realidade, um dos principais objetivos das mulheres ativistas durante o vitorianismo foi a proposta de uma reforma significativa da educação das jovens mulheres, que incluiu a introdução de internatos, a formação de professoras e o acesso gradual à educação universitária para as mulheres (MALLETT, 2016a; 2016b *apud* BECCHIO, 2020).

Conforme Combs (2006 *apud* BECCHIO, 2020), a Lei de Propriedade de Mulheres Casadas, de 1870, fomentou uma grande mudança na lei de propriedade britânica do século XIX. Esta lei propiciou às mulheres o direito de possuir e controlar a propriedade pessoal, aumentando muito o poder de barganha e a quantidade de propriedade delas, assim promoveu intencionalmente um maior papel das mulheres no investimento, tornando-as ativas no mercado de ações. À exemplificação, na Inglaterra do século XIX, um grupo consistente de mulheres investiu pesadamente em renda, crescimento de capital e participação em empresas familiares (RUTTERFORD; MALTBY, 2006; ROBB, 1992 *apud* BECCHIO, 2020). Entretanto, apesar do crescente esforço feminino para sua inserção igualitária na sociedade, foi apenas em 1918 que a meta das sufragistas quanto o direito ao voto foi atingido, para mulheres casadas com mais de 30 anos, e para todas as mulheres adultas em 1928, independente de seus estados civis. Vale salientar que as obras de John Stuart Mill foram fundamentais para a campanha de voto parlamentar das mulheres na Grã-Bretanha (PURVIS, 2016 *apud* BECCHIO, 2020).

Até meados da Primeira Guerra Mundial, na Grã-Bretanha, a inserção das mulheres no sistema educacional era adversa, pois as escolas e faculdades funcionavam como organizações conservadoras, alimentando valores convencionais sobre o papel da mulher na sociedade<sup>4</sup>. Faz-se importante acrescentar que até este momento da história a educação para as mulheres se limitava às de classe média e alta, enquanto as meninas de classe baixa nem sequer pretendiam ser submetidas a qualquer forma de educação.

De acordo com Collet (1902 *apud* BECCHIO, 2020), como as meninas da classe trabalhadora eram obrigadas a se casar, elas precisavam ser treinadas apenas para o trabalho doméstico, diferentemente das meninas da classe média, que podiam enfrentar um futuro mais incerto, e podiam adentrar em instituições de ensino superior para obter oportunidade de se tornar economicamente independente. Collet (1902 *apud* BECCHIO, 2020) entende que os salários das mulheres deveriam estar acima de um padrão mínimo e a educação delas deveria ser aumentada para melhorar o seu padrão de vida, bem como sua eficiência no trabalho. Esta

---

<sup>4</sup> Para uma melhor discussão sobre o papel dessas organizações na educação das mulheres, ver Schiebinger (2004).

foi uma aplicação da teoria da eficiência salarial de Alfred Marshall às trabalhadoras (GROENEWEGEN, 1994 *apud* BECCHIO, 2020).

A jornalista, sufragista e pensadora Mabel Atkinson resumiu as condições dos movimentos de emancipação das mulheres na Grã-Bretanha no final do século XIX da seguinte forma:

[On one hand there is] the movement of the middle-class women who are revolting against their exclusion from human activity and insisting, firstly, on their right to education...secondly, on their right to earn a livelihood for themselves, ...and, thirdly, on their right to share in the control of Government, the point round which the fight is now most fiercely raging. These women are primarily rebelling against the sex-exclusiveness of men, and regard independence and the right to work as the most valuable privilege to be striven for. On the other hand, there are the women of the working classes, who have been faced with a total different problem, and who naturally react in a different way...What the woman of the proletariat feels as her grievance is that her work is too long and too monotonous, the burden laid upon her too heavy. Moreover, in her case that burden is due to the power of capitalistic exploitation resulting from the injustice of our social system... Therefore, among the working women there is less sex consciousness...) The working woman feels her solidarity with the men of her class rather than their antagonism to her (ATKINSON, 2013, p. 270 *apud* BECCHIO, 2020, p. 30).

Entre o século XIX e o início do século XX, a questão das mulheres na economia política em países como a Áustria e a Alemanha foi bastante semelhante à situação britânica. Neste contexto, as mulheres de classe média lutaram pelo acesso ao ensino superior em universidades, onde eram excluídas, e para se matricularem em áreas educacionais consideradas não tradicionais, dentre elas a economia política. Entretanto, ao contrário da Grã-Bretanha, várias alunas austríacas e alemãs conseguiram obter seu doutorado na Suíça, país que abriu as portas da academia para as mulheres em 1860. Logo depois de voltarem para seus países, muitas delas puderam iniciar suas próprias carreiras (BECCHIO, 2020). Já nos Estados Unidos, a história entre as mulheres e a economia política passou por duas fases. Na primeira, entre o início e o final do século XIX, as questões das mulheres estavam intimamente ligadas à história do abolicionismo americano e ao movimento pelos direitos civis. E, na segunda, entre o final do século XIX e a Primeira Guerra Mundial, e durante a “Era Progressista”, a academia passou a contratar economistas que se concentravam principalmente nas questões femininas, o que contribuiu para o surgimento de mulheres economistas como professoras acadêmicas (FORGET, 1995; 2011 *apud* BECCHIO, 2020).

As biografias de ativistas dos direitos civis americanos revelam que elas lutaram tanto pela emancipação das mulheres quanto pela liberdade da população afro-americana. Tanto o

feminismo inicial quanto o abolicionismo nos Estados Unidos foram inspirados pelos princípios da liberdade individual e da igualdade entre os seres humanos, enraizados principalmente na tradição *quaker*. O movimento, que envolveu tanto ativistas americanos negros quanto brancos, cresceu rapidamente no país e teve um importante impacto internacional, que ecoou no público europeu. Embora algumas mulheres negras abolicionistas viessem de famílias de classe média, a maioria pertencia à classe trabalhadora; algumas delas eram nascidas livres e muitas outras eram ex-escravas. Elas lecionaram principalmente em debates abertos e publicaram em revistas populares para promover tanto a questão da mulher quanto o abolicionismo (YEE, 1992 *apud* BECCHIO, 2020).

É em meio a todas essas mudanças e transformações do *status quo* que Jane Marcet viveu e produziu suas obras. Janet Marcet vivenciou o período vitoriano e foi bem conhecida em sua época, mas foi apagada do meio acadêmico e seus trabalhos foram esquecidos e se tornaram invisíveis por séculos, especialmente na história do pensamento econômico. O destaque para Marcet está em seu pioneirismo: foi uma das primeiras<sup>5</sup> a escrever sobre economia política, inspiradas por Smith, Ricardo e Malthus, e estava interessada na popularização dos princípios da economia clássica. Marcet queria popularizar a economia política entre as pessoas comuns (BECCHIO, 2020). De maneira geral, seus escritos são uma poderosa ferramenta de como a retórica é importante na divulgação de ideias<sup>6</sup>.

É importante ressaltar que Marcet faz parte de um debate classista dos princípios econômicos, um debate que se deve muito à pensadores como Smith, Ricardo e Malthus, e que não envolve necessariamente a condição de subjugação e alienação das mulheres e a luta por direitos iguais. Como se verá mais detidamente nas seguintes subseções, Marcet alinha o debate econômico da época com a sua percepção de vida e criação, isto é, de mulher branca que desfruta de uma vida privilegiada e com acesso à educação informal.

## 2.2 Uma Breve Biografia de Jane Marcet

Jane Marcet (1796-1858) nasceu e morreu em Londres. De família de banqueiros e importantes homens de negócios, Marcet foi a mais velha dos dez filhos gerados pelo matrimônio de Anthony Francis Haldimand, suíço emigrado à Grã-Bretanha, com a inglesa

---

<sup>5</sup> Becchio (2020) destaca também Harriet Martineau e Sophie de Grouchy como figuras importantes na divulgação da economia.

<sup>6</sup> Ver McCloskey (1983) sobre a retórica em economia.

Jane Pickersgill. Aos quinze anos de idade, Marcet perdia sua mãe devido a complicações no parto do último filho e, a partir de então, ficou a seu cargo a organização da vida doméstica e familiar, especialmente no cuidado dos irmãos menores. Marcet recebeu uma esmerada educação, tal como ditava a tradição suíça, por meio de tutores especializados que frequentavam sua residência para educar os seus irmãos. Apesar de receber uma instrução mais superficial do que a recebida pelos seus irmãos, indícios biográficos apontam que ela provavelmente conduziu seus próprios estudos e os perseguiu em anos posteriores. Sem dúvida, sua educação inicial contribuiu para as suas publicações nas áreas de Química, Física, Biologia e Economia. Marcet se casou em 1799, aos trinta anos de idade, mais velha do que o costume da época, com o médico Alexander John Gaspar Marcet, pretendente que a própria Marcet havia escolhido com o aval de seu pai. Em 1808, Alexander foi eleito para a Royal Society londrina como reconhecimento do trabalho exercido em seu campo. Desse matrimônio, Marcet deu à luz quatro filhos e viveu bem próxima de seu marido até a morte dele em 1822 (ABAROA; GALLEGO, 2007).

O fato de Alexander ser médico impulsionou a carreira de escritora de Marcet, especialmente quanto a assuntos envolvendo química e biologia. Sua carreira como escritora começou com *Conversaciones sobre química*, publicado em 1809. O livro abordou conceitos básicos de química e foi incentivado por seu marido e pelo editor Longman logo depois que Marcet havia terminado o curso de química. A estrutura do livro segue conversas entre as personagens da instrutora Mrs. Bryant e das duas alunas, Emily e Caroline. Por meio de perguntas que as alunas faziam à Mrs. Bryant e também das respostas e explicações da instrutora, Marcet conseguia esclarecer e avançar nos temas propostos. Essa forma de compor foi preservada nos escritos posteriores de Marcet, inclusive nos relacionados à economia (ABAROA; GALLEGO, 2007).

*Conversaciones sobre química* obteve grande aprovação por parte do público e chegou a ser publicado nos Estados Unidos com altas tiragens e traduzida para o francês. Interessante notar que apenas a partir da décima terceira edição de *Conversaciones sobre química* que o nome de Jane Marcet apareceu na obra, apesar de sua autoria ser conhecida previamente. Não obstante, o prestígio e impacto dessa obra foi “[...] tal que en los libros que escribió posteriormente desde entonces, y en los que tampoco figuraba su nombre en la portada en las primeras ediciones, se la presentaba como “el autor de las Conversaciones sobre química” (ABAROA; GALLEGO, 2007, p. 22). Em 1819, Marcet publicou outro livro sobre ciências naturais chamado “Conversaciones sobre filosofía natural, una exposición de los elementos

básicos de la ciencia para gente joven”. Esse livro objetivava colaborar com a formação dos estudantes do ensino médio (ABAROA; GALLEGO, 2007, p. 23).

*Conversations on Political Economy* (1816) foi o trabalho seguinte de Marcet. Editado em 1816, o livro foi grandemente influenciado pelo “debate bullionista” do começo do século XX na Grã-Bretanha e abordou os principais princípios de autores clássicos como Smith, Malthus, Jean-Baptiste Say (1767-1832) e Jean Charles Léonard de Sismondi (1773-1842). Nas palavras de Abaroa e Gallego (2007, 23-24), o debate

[...] hacía referencia a la vuelta al patrón oro de Gran Bretaña y a la función del Banco de Inglaterra como banco de emisión de dinero papel, decisión que implicaba ajustar la proporción adecuada entre las reservas de oro del banco y la cantidad de billetes que debía poner en circulación.

Marcet nutria relações com círculos financeiros londrinos devido à posição de seu pai e a um de seus irmãos, William Haldimand, que chegou a ser diretor do Banco da Inglaterra. Nos encontros sociais sediados na residência dos Marcet, frequentavam economistas de renome como Ricardo e Malthus, bem como mulheres de relevância tais como Harriet Martineau, Mary Fairfax Somerville e Maria Edgeworth. Daí sua inspiração e excelência em escrever sobre economia política e desenvolvimento industrial. Marcet destaca no prefácio do livro que sua obra é destinada às pessoas mais jovens de todos os sexos e objetivava mostrar a relação entre economia política e o progresso da humanidade (ABAROA; GALLEGO, 2007).

De forma geral, “la obra sigue una estructura lógica que va asentando los conceptos sobre las bases de la organización capitalista” (ABAROA; GALLEGO, 2007, p. 26), tais como propriedade privada e divisão do trabalho, e usa explicações clássicas a respeito das regras da livre concorrência dos mercados. Como “Marcet estaba familiarizada con las exposiciones clásicas referidas a la teoría de la población malthusiana y al concepto del estado estacionario de Ricardo” (ABAROA; GALLEGO, 2007, p. 26), ambas visões reconhecidas como pessimistas, ela sustentou uma interpretação otimista quanto às possibilidades do crescimento econômico britânico. Dentre o grande leque de contribuições de Marcet, pode-se citar a retomada da teoria smithiana sobre o valor de mercado dos bens e inúmeras referências às obras e conceitos de Ricardo (ABAROA; GALLEGO, 2007).

Marcet ainda escreveu dois outros livros sobre economia que não obtiveram a mesma popularidade que *Conversations on Political Economy*. O primeiro é *Las nociones de economía política de John Hopkins*, de 1833, que objetivava “instruir en los principios de la economía a la clase trabajadora” (ABAROA; GALLEGO, 2007, p. 27). O livro é protagonizado por

Hopkins, um agricultor do século XIX que possuía muitas dificuldades, dentre elas o grande tamanho de sua família: ele, sua esposa e dezesseis filhos. No percorrer da obra, Marcet aborda temas como a evolução dos salários, crescimento populacional, produtividade do trabalho, emigração, maquinário e inovações tecnológicas, comércio exterior e preço do pão. O livro destaca o perigo que a superpopulação poderia causar em termos de depressão salarial. O segundo livro é de 1851, e se intitula *Ricos y pobres*. Trata-se de uma obra para aproximar “los niños las bases del entramado económico y social del siglo XIX” (ABAROA; GALLEGO, 2007, p. 27), e segue os mesmos moldes dos anteriores: a instrutora Sra. Bryant leciona em uma escola de uma cidade rural e os alunos, organizados em grupos, têm contato com temas como trabalho, lucros, capital, salários, máquinas, preços, comércio, dinheiro e bancos (ABAROA; REEDER, 2007).

Em suma, é possível dizer que o grande papel de Marcet foi a divulgação do conhecimento, especialmente entre a classe média, as mulheres, os trabalhadores e os jovens britânicos, e a popularização de uma ampla variedade de disciplinas teóricas que abrangem desde as ciências naturais até a economia. Neste último campo, é importante destacar o impacto e prestígio da obra *Conversations on Political Economy*, e conceitos como a lei dos rendimentos decrescentes da produção e a teoria subjetiva do valor, que só foram difundidos em textos de economistas clássicos anos posteriores. Marcet também participou do avanço da posição das mulheres na sociedade, contribuindo com a incorporação delas à educação e ao trabalho (ABAROA; GALLEGO, 2007).

### **2.3 As Contribuições Econômicas de Jane Marcet**

No prefácio de *Conversations on Political Economy*, Marcet esclarece que sua intenção com a obra foi trazer a Economia Política para perto dos jovens de ambos os sexos. Também deixa claro que seus escritos só foram possíveis graças às obras dos grandes mestres da área: Smith, Malthus, Say, Sismondi, Ricardo e William Blake. Seguindo a estrutura de *Conversa sobre química*, obra anterior de Marcet e a responsável por alçá-la ao patamar de escritora, *Conversations on Political Economy* é organizada em conversas nas quais os argumentos são expostos conforme perguntas e respostas. As personagens são Mrs. Bryan, a instrutora, e sua aluna Caroline. O uso dessa estrutura didática tem o objetivo de fazer com que as questões se tornem “vehicle of some collateral remarks contributing to illustrate the subject” (MARCET, 1816, p. 6). Marcet (1816) também ressalta a importância de compreender intimamente os

conceitos básicos da Economia Política, à época uma ciência nascente, para enxergar os erros e acertos presentes em discussões e nas opiniões emitidas pelas pessoas. Uma frase marcante trazida pela personagem Mrs. Bryan - “so many things are more or less connected with the science of political economy, that if you persevere in your resolution, you might almost as well condemn yourself to perpetual silence” (MARCET, 1816, p. 8) -, reflete perfeitamente a importância dada, por Marcet, à Economia Política.

Expondo as origens da civilização versada em artes e comércio, *Conversations of Political Economy* percorre a história ao contar como as populações antigas tornaram-se sedentárias por intermédio da descoberta da lavoura e da posse de rebanhos, esta última servindo a um grande papel ao introduzir a propriedade privada e as conseqüentes leis. Tais exemplos devem ser analisados e estudados dentro da Economia Política para que os motivos que levaram à prosperidade dos países sejam entendidos e incentivados, contemplando, para isso, as limitações a serem impostas ao comércio e aos preços (MARCET, 1816). É por meio de leis, oriundas do interesse comum da humanidade em preservar suas posses, e estabelecidas após inevitáveis conflitos como os de usurpação, que o estímulo à indústria faz-se possível, pois “security is the grand point; it is security which stimulates industry, and renders labour productive; every step towards security is a step towards civilisation, towards wealth, and towards general happiness” (MARCET, 1816, p. 38). O papel fundamental da propriedade assegurada pelas leis refere-se ao incentivo que esta dá à atividade produtiva: quem se dedicaria à produção que excede o necessário à sobrevivência, sabendo que o fruto de seu trabalho seria saqueado? O cenário negativo que pode ocorrer, em decorrência da insegurança em relação à propriedade já estabelecida, porém administrada de modo falho, é um cenário em que o país retorna a um estado comparativamente mais bárbaro e mais pobre.

Marcet (1816) aborda o argumento de Smith a respeito da fábrica de alfinetes, exaltando a divisão de trabalho como uma fonte de produtividade muito eficiente. Há a retomada do argumento feito pelo economista de que o foco de um trabalhador em uma atividade específica lhe conduz a descobrir maneiras de melhorar a execução dela. A questão do surgimento das máquinas, instrumentos por meio dos quais o trabalho é abreviado e mais eficazmente executado, também é trazida. Todavia, Marcet (1816) expõe seu receio quanto à ignorância resultante da dedicação dos trabalhadores a uma única e exclusiva atividade. Estando os trabalhadores em uma localização comum, realizando atividades lado a lado, o natural é que haja o desenvolvimento de debates e conversas sobre o dia a dia, sobre a política, sobre o

Estado, de modo a fomentar e disseminar o conhecimento. A dedicação a atividades específicas pode ameaçar essa formação de socialização. Nas palavras de Marcet (1816, p. 83):

Social intercourse, in whatever class of the community it takes place, cannot fail to promote the diffusion of knowledge; the lower orders of people become acquainted with the comforts and conveniences which have been acquired by the more skilful and industrious; they learn to appreciate the value, and are stimulated to acquire the means of obtaining them; a mode of instruction which we have observed to be the most essential step towards dispelling ignorance, and exciting industry.

Marcet (1816) argumenta que a desigualdade de condição entre as pessoas é mais um estado geral da sociedade do que um mal em si. As vantagens encontradas na defesa da propriedade e na divisão do trabalho possibilitou aos sujeitos mais habilidosos e industriosos a aquisição de uma riqueza superior, maior do que seria suficiente para suprir todos os seus desejos e anseios, com o tempo, esse excesso de riqueza fez a pessoa rica. Se, ao contrário, uma pessoa é menos industriosa e trabalhadora, adquirindo apenas o suficiente para sua subsistência, ela permanecerá pobre. Uma pessoa rica aumenta sua riqueza com a troca que faz com o trabalhador: o rico troca com o trabalhador, destituído de posses, o produto ou o trabalho já realizado, por um trabalho ainda por fazer. O rico não somente adquire um comando sobre o trabalho dos pobres, como aumenta sua riqueza pelos lucros que obtêm dele. Aos pobres, para sobreviverem, cabem entrar nessa troca por salário.

A riqueza destinada à reprodução pelo emprego de trabalhadores é chamada capital e o lucro derivado do trabalho dos empregados é chamado renda. Aos trabalhadores cabe o consumo desse capital e a sua reprodução em mais valor. Marcet (1816) ainda diferencia os tipos de capital: o emprego de capital em terras, máquinas e outros instrumentos de trabalho é chamado capital fixo; ao passo que o capital gasto na manutenção da força de trabalho e aquele em que o lucro é mais imediato é chamado capital circulante.

A demanda por trabalhadores dependerá tanto da demanda de trabalho a ser executada (um efeito mais imediato) quanto da quantidade de subsistência fornecida aos trabalhadores, ou melhor, a disposição de mão de obra deve sempre ser limitada pela extensão do capital, isto é, para a manutenção ou pagamento dos trabalhadores. Em relação ao salário do trabalhador, Marcet (1816) defende que não deve ser menor que o necessário para ele sobreviver, caso contrário, ele não forneceria sua força de trabalho. Porém, enfatiza que os capitalistas sempre manterão os salários tão baixos quanto possível e aos trabalhadores e sua família cabem viver com apenas o necessário para sobreviver. Importante pontuar também que a taxa de salário depende da quantidade de capital em relação ao número de pessoas que deve manter. Assim

como a taxa de salários não depende do volume absoluto de capital para aumentar, a riqueza de um país não depende necessariamente do número absoluto de habitantes. Não se deve confundir causa e efeito e creditar toda a prosperidade de um país apenas em relação ao número de habitantes. A população não deve aumentar, ou melhor, os trabalhadores não devem aumentar a família até que haja suficientes recursos para sustentar a todos (MARCET, 1816).

As classes trabalhadoras são, em grande parte, aliviadas do fardo dos altos preços, à medida que seus salários aumentam proporcionalmente. Entretanto, este é o caso apenas quando os preços altos são ocasionados pelo aumento do custo de produção, e não pela escassez. À medida que o capital se acumula, a demanda por trabalho aumenta, o que eleva os salários e melhora a condição dos pobres, permitindo-lhes criar um maior número de filhos. Isso leva ao aumento da demanda de subsistência, o que, por sua vez, eleva temporariamente o preço do trigo e induz o agricultor a cultivar mais terra. Se a nova terra cultivada for de qualidade inferior, as colheitas são produzidas a um custo maior, o que aumenta o preço da produção bruta em geral. Nesse cenário, o milho, permanentemente mais caro, causa um aumento permanente dos salários e uma queda correspondente nos lucros (MARCET, 1816).

Nenhuma nova terra pode ser cultivada até que o capital se acumule para manter e empregar muitos trabalhadores, da mesma forma em que nenhuma nova terra será cultivada até que a população tenha aumentado a ponto de elevar o preço do milho, artigo de consumo básico, e fazer com que o agricultor use novas terras para lavoura. Ressalta-se novamente que o cultivo do milho, por exemplo, em terras de qualidade inferior, fará com que o seu preço permaneça permanentemente mais alto. É somente quando o custo de produção de alimentos aumenta que o aumento dos salários e a diminuição dos lucros são permanentes (MARCET, 1816).

A distribuição do capital pelos diversos ramos da agricultura, manufaturas e comércio deve preservar o devido equilíbrio; que, mesmo sendo acidentalmente perturbado, volta aos trilhos em momentos posteriores. Há uma variedade de motivos que causam essa perturbação temporária como, por exemplo, uma invenção de um novo ramo da indústria; o aperfeiçoamento de outro ramo que fará com que os lucros aumentem e, conseqüentemente, o capital investido nele; a abertura de um comércio com um novo país ou a eclosão de uma guerra. Apesar dessas perturbações afetarem a taxa de lucros, quando elas cessam, a taxa de lucros retorna ao seu nível natural (MARCET, 1816).

Além daqueles que geram receitas por meio da agricultura, do comércio ou das manufaturas, há aqueles que geram receitas mesmo não seguindo nenhuma dessas ocupações. Usualmente, estes últimos são pessoas dotadas de muitas propriedades. Como nenhum capital

pode gerar renda sem estar empregado, se um proprietário de grandes posses não o investe em algum ramo da indústria, outra pessoa deve fazê-lo por ele, o que normalmente acontece. A escritora estima que os lucros médios do uso do capital podem ser estimados em cerca do dobro dos juros do dinheiro, o preço pago pelo empréstimo de capital. Dessa forma, o credor ou o proprietário e o tomador de empréstimo ou o empregador do capital, comumente dividem os lucros resultantes do emprego do capital igualmente entre si. Porém, ressalta Marcet (1816) que o capital de nenhum homem deve consistir inteiramente em dinheiro; deve-se consistir principalmente em terras ou produtos comercializáveis, brutos ou manufaturados.

Sempre que grandes lucros podem ser obtidos pelo emprego do capital, grandes juros serão dados pelo empréstimo do mesmo e vice-versa. Quando uma nação avança em termos de opulência e população de tal forma que torna necessário cultivar solos de qualidade inferior, as necessidades mais básicas de vida tornam-se mais caras, os salários do trabalho aumentam, enquanto que os lucros do capital e os juros do dinheiro caem. Se uma grande e repentina ascensão de capital ocorrer, a demanda por trabalho aumentará os salários e diminuirá os lucros, mas esse efeito durará apenas até que a população aumente na mesma proporção. Assim, “the greater or lesser demand for labour makes profits and interest fluctuate; but the only steady and permanent cause of the diminution of profits and of interest is the cultivation of inferior soils” (MARCET, 1816, p. 281). Em um país pouco populoso onde há grande extensão de terras férteis e onde o agricultor não precisa pagar aluguel, há possibilidades de pagar altos salários e ainda obter grandes lucros. Diferentemente dos países abundantemente povoados, em que os baixos juros do dinheiro são um sinal de grande acumulação de capital, população abundante, cultivo extensivo de uma variedade de solos, alto preço dos produtos brutos, altos salários do trabalho e pequenos lucros (MARCET, 1816).

O valor de uma mercadoria para Marcet (1816) é estimado pela quantidade de outras coisas pelas quais ela será trocada, ou seja, seu valor de troca. Há alguns bens de utilidade essencial, como, por exemplo, a luz, o ar e a água, que, por mais indispensáveis que sejam ao nosso bem-estar, não têm valor de troca, já que nada é dado por eles. A utilidade, portanto, não produz em todos os casos valor de troca. Smith distingue dois tipos de valor: um que surge da utilidade e o outro do que pode ser obtido pela troca. A natureza, por exemplo, nos fornece artigos em tal abundância que nenhum trabalho é despendido para adquiri-los. Esses artigos, por mais úteis que sejam, não têm valor de troca. A utilidade pode, portanto, ser considerada como a causa do valor de uso, enquanto o valor de troca pode ser produzido por qualquer circunstância que torne a posse de um objeto tão difícil de obter e ao mesmo tempo tão desejável

que os homens estão dispostos a dar algo em troca disso. O valor de uma mercadoria é estimado pelo que é necessário dar em troca a fim de obtê-la. O que regula o valor de troca das mercadorias é o custo de produção, isto é, o gasto que se faz sobre ela para trazê-la a um estado comercializável. O preço de uma mercadoria deve ser suficiente para custear o custo de produção (MARCET, 1816).

As matérias-primas que se destinam às manufaturas são, em grande parte, derivadas da produção da terra e, conseqüentemente, devem custear as despesas de aluguel. Mas a renda não entra no preço das mercadorias da mesma maneira que o lucro do capital ou o salário do trabalho, porque a renda é o efeito e não a causa do alto preço das mercadorias. O valor de uma mercadoria é composto por três partes: aluguel, lucros e salários, e a renda do proprietário da terra. Toma-se, por exemplo, uma carga de feno: seu preço é derivado, primeiro, do salário do trabalhador que cortou a grama e a transformou em feno; depois dos lucros do agricultor que a vendeu; e, por último, da renda do campo em que cresceu. Este, portanto, constitui o custo total de produção da carga de feno; e pode ser chamado de seu valor natural. Essas três partes componentes do valor natural de uma mercadoria nem sempre são essencialmente necessárias (MARCET, 1816).

Outro ponto que Marcet (1816) examina é o uso do dinheiro. Sem este meio geral de troca, o comércio estaria estagnado, visto que à medida que as subdivisões do trabalho aumentam, novas dificuldades são encontradas no ajuste das contas. Logo, haveria grande dificuldade para que estes cálculos equilibrassem entre si. Como Marcet (1816) exemplifica, artigos como tabaco, conchas e uma grande variedade de outras mercadorias, foram usados em diferentes épocas e em diferentes países como meios de troca; mas nenhum desses supriu este fim tão bem quanto os metais. Os metais apresentam uma validade prolongada, porém ao mesmo tempo são suscetíveis pelo processo de fusão, além de diversas outras propriedades vantajosas para o comércio. Por isso, o dinheiro também se tornou um facilitador na fixação do valor de mercadorias, e como medida comum de valor.

Em relação ao valor de trabalho, Marcet (1816) segue o pensamento clássico que entende que o valor de qualquer mercadoria pode ser estimado pelo trabalho aplicado nela, enquanto seu valor de troca varia conforme a proporção da oferta em relação à demanda. Esta flutuação, no entanto, só pode ser descoberta pela maior ou menor quantidade de mercadorias pelas quais a mesma quantidade de dinheiro será trocada, pois, como o ouro e a prata podem ser comprados com qualquer categoria de mercadoria, eles não são suscetíveis de um padrão de valor como o de outros produtos estimados em um determinado artigo-dinheiro. O dinheiro não

é um padrão exato do valor das mercadorias, pois se o dinheiro, por sua escassez, aumentar de valor, mais bens serão dados em troca dele, ele portanto reduz o preço das mercadorias e as torna mais baratas. Logo, a deficiência de qualquer artigo eleva seu valor de troca e conseqüentemente, seu preço, acima de seu valor natural. Entretanto, convém salientar que quando o barateamento das mercadorias provém de uma escassez de dinheiro, não havendo aumento da oferta, os produtos têm seus preços baixados sem qualquer alteração em seu valor de troca, logo essa situação não é vantajosa para um país visto que seu lucro com o comércio seria menor (MARCET, 1816).

Um excesso de moeda produzido por uma emissão excessiva de notas de banco deve, portanto, permanecer no país e causar uma desvalorização do valor do dinheiro, que seria descoberta por um aumento geral dos preços das mercadorias. Quando um banco emite mais notas do que o necessário para fins de circulação, seu efeito na depreciação do valor da moeda e no aumento das mercadorias é, a princípio, insignificante, pois logo que este efeito é percebido, a moeda começa a desaparecer. Todavia, se o banco continuar a forçar a circulação de uma quantidade adicional de notas, o valor da moeda será proporcionalmente depreciado e ocorrerá um aumento correspondente no preço das *commodities* (MARCET, 1816).

A classe de pessoas que são materialmente afetadas por uma alteração no valor do dinheiro são os trabalhadores improdutivos, visto que seus pagamentos são geralmente uma remuneração regular, não sujeita a mesma variação que os salários dos trabalhadores produtivos. Sob este viés, as classes mais altas dos trabalhadores improdutivos poderiam suportar as dificuldades resultantes da depreciação do valor do dinheiro, diferentemente de outras mais baixas. Uma terceira classe de pessoas que são consideravelmente prejudicadas pela depreciação do valor do dinheiro são aquelas que emprestam dinheiro a juros por um longo período de tempo, pessoas que vivem de anuidade e, particularmente, os acionistas dos fundos públicos. Os juros que recebem por suas ações permanecem nominalmente os mesmos, qualquer que seja a diminuição do valor do dinheiro, e sua renda sendo assim aparentemente estacionária, eles participam da desvantagem geral do aumento dos preços, sem poderem beneficiar-se da compensação resultante da maior abundância de dinheiro (MARCET, 1816).

No decorrer da obra, Marcet (1816) indica que o mais recomendado para uma nação ou indivíduo que possui mais dinheiro que o necessário para circulação deveria ser exportá-lo, comprando mercadorias estrangeiras, já que sem este recurso, um dinheiro supérfluo seria perfeitamente inútil e não contribuiria mais para a produção de riqueza. Essa é a deixa para Marcet (1816) introduzir a questão do comércio. Aqueles que empregam seus capitais no

comércio ou “*trade*”, atuam como intermediários entre os produtores e consumidores, pois compram os “frutos da terra” primeiro e os vendem, e é pelos lucros na venda que o capital assim empregado produz uma receita. Existem dois grupos distintos de homens envolvidos no comércio: comerciantes, que compram mercadorias (em estado bruto ou manufaturado) daqueles que as produzem – categoria chamada de comércio atacadista - e lojistas, que compram mercadorias em menor quantidade dos comerciantes e as distribuem ao público de acordo com a demanda – categoria chamada de comércio varejista.

O comércio aumenta a riqueza de uma nação, não imediatamente pelo aumento da produção, como a agricultura, nem pelo processamento de matérias-primas, como as manufaturas; mas dá um valor adicional às mercadorias, trazendo-as de lugares onde são abundantes para aqueles onde são escassas; permite-nos obter o que mais se deseja, em troca do que menos se quer. E, ao fornecer os meios de uma distribuição mais ampla de mercadorias, estimula a indústria tanto das classes agrícolas quanto das manufatureiras (MARCET, 1816).

Conforme Marcet (1816) expõe, existem três espécies de comércio em que os comerciantes empregam seus capitais. O comércio interno, o comércio exterior e o comércio de transporte. O comércio doméstico compreende todo o comércio interno e costeiro de um país. O comércio exterior é aquele em que trocamos nossas mercadorias pelas de países estrangeiros; e o comércio de transporte consiste em transportar as mercadorias de um país estrangeiro para outro. Ao limitar-se as observações ao comércio interno, percebe-se que a única vantagem do comércio doméstico é que ele geralmente proporciona um retorno mais rápido do capital, que é mais um meio de promover a indústria. Quanto maior a proximidade do mercado, maior o número de vendas e compras que ele poderá realizar em um determinado momento.

Marcet (1816) ainda reflete sobre a condição dos pobres e a difusão geral do conhecimento nesta classe. A difusão do conhecimento dá às pessoas valores morais e religiosos bem como os tornam diligentes, frugais e previdentes, pois se tornam capazes de vislumbrar as consequências de seus atos. A educação aos pobres, especialmente a nova geração, “gives rise to prudence, not only by enlarging our understandings, but by softening our feelings, by humanising the heart, and promoting amiable affections”, ao passo que o “rude and inconsiderate peasant marries without either foreseeing or caring for the miseries he may entail on his wife and children” (MARCET, 1816, p. 168). Quanto maior a incapacidade de suprir uma população em crescimento contínuo, maior serão os desejos e a necessidade de usar daqueles meios “which tend to prevent the evil”, como é o caso da difusão geral do

conhecimento (MARCET, 1816, p. 168). É somente o gradual efeito da educação que impede que atos “idle and vicious” (MARCET, 1816, p. 176) se tornem tendência entre a população desprivilegiada. Apesar de ser uma solução cujos efeitos são observados gradualmente ao longo de um grande período de tempo, Marcet (1816) ainda se vê otimista com o futuro e o desenvolvimento da sociedade, mesmo que seja incapaz de vivenciá-lo.

Para encerrar essa seção, apresenta-se o Quadro 1 com as principais temáticas abordadas por Marcet (1816) em *Conversations on Political Economy* e apresentadas neste trabalho.

**Quadro 1 - principais temáticas abordadas por Marcet (1816)**

<b>Temas</b>	<b>Principais ideias</b>
<b>Riqueza</b>	Não depende necessariamente do número absoluto de habitantes, mas sim da capacidade do capital em reproduzir e do trabalho. A acumulação de riqueza pode ser dada tanto por dinheiro quanto por bens comerciáveis.
<b>Condição dos Ricos</b>	Aumentam sua riqueza pelos lucros que obtêm do trabalho.
<b>Condição dos Pobres</b>	Trocam sua força de trabalho por um salário. Podem se tornar ricos se, com diligência, prudência e esforço, acumulam um estoque de riqueza ao longo do tempo.
<b>Dependência entre Ricos e Pobres</b>	Relação benéfica: sem os ricos os pobres passariam fome; sem os pobres, os ricos seriam obrigados a trabalhar para garantir sua própria subsistência.
<b>Renda</b>	Derivada do emprego do capital (lucro) em trabalho.
<b>Capital</b>	Qualquer produto acumulado que tenda a facilitar produções futuras, seja na forma de bens ou de dinheiro. É a riqueza destinada à reprodução pelo emprego de trabalhadores.
<b>Capital Fixo</b>	Empregado em terras, máquinas, instalações e outros instrumentos de trabalho.

<b>Capital Circulante</b>	Usado para a manutenção da força de trabalho e de retorno imediato.
<b>Demanda por Trabalho</b>	Proporcional à extensão do capital.
<b>Máquina e Novos Processos Produtivos</b>	Tudo o que reduz e facilita o trabalho acabará, eventualmente, aumentando a demanda por trabalhadores.
<b>Salários</b>	Depende da quantidade de capital em relação ao número de pessoas que deve manter. Não deve ser menor do que o necessário para a sobrevivência.
<b>Estado</b>	Não deve interferir nos preços da economia.
<b>População</b>	Uma grande população é altamente vantajosa para um país, mas somente se há um capital capaz de oferecer salários em um nível que reproduza a força de trabalho de forma saudável.
<b>Educação</b>	Com a educação, as classes mais baixas adquirem valores morais e religiosos, e se tornam mais diligentes, frugais e prudentes, com uma percepção clara da consequência de seus atos. É essencial para garantir que os pobres não aumentem precipitadamente seus números além dos meios de subsistência.

Fonte: (MARCET, 1816).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em virtude do exposto, nota-se a importância de Jane Marcet para propagação do conhecimento econômico, visto que utilizou em suas obras de uma linguagem acessível e do gênero narrativo como alicerces para propagação de saberes. Vale salientar também o impacto de sua obra, ao difundir conceitos como a lei dos rendimentos decrescentes da produção e a teoria subjetiva do valor, que só foram até então descritos em textos de economistas clássicos (ABAROA; GALLEGO, 2007).

Entretanto, a divulgação e a apropriação efetiva das obras de Marcet, assim como de outras pensadoras invisibilizadas pelo panteão do pensamento econômico tradicional, só poderão ser plenamente realizadas quando a HPE incorporar a diversidade de pensadoras

esquecidas na história. Em suma, é peremptório dar voz às mulheres, tanto do passado como do presente, e ir além do estudo da HPE convencional para desafiar os estudantes a pensar além das amarras do pensamento tradicional e evitar o apagamento da mulher na evolução do pensamento econômico.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABAROA, J.; GALLEGO, E. Las tres primeras mujeres economistas de la historia: Janet Marcet, Harriet Martineau y Millicent Garrett Fawcett. *In: BLAS, L.; ABAROA, E. (coord.). Mujeres Economistas. Las aportaciones de las mujeres a la ciencia económica y su divulgación durante los siglos XIX y XX.* Madrid: Ecobook, 2007, p. 17-53.

ANGELI, E. A importância da História do Pensamento Econômico e do pluralismo metodológico em economia com base na perspectiva da Escola Austríaca. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 1, n. 24, p. 33-50, jan./abr. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/neco/a/HbCBnSKhT7YjPzwzfBTJP3h/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 1 dez. 2021.

BACKHOUSE, R. Why and how should we study the history of economic thought? **History of Economic Ideas**, v. 2, n. 2, p. 115-123, 1994.

BECCHIO, G. **A history of feminist and gender economics.** Londres/Nova York: Routledge, 2020.

BLAUG, M. No History of Ideas, Please, We're Economists. **Journal of Economic Perspectives**, v. 15, n. 1, p. 145-164, 2001.

CALDWELL, B. Of Positivism and the History of Economic Thought. **CHOPE Working Paper**, n. 2012-09, 2012. Disponível em: <http://dukespace.lib.duke.edu/dspace/bitstream/handle/10161/13175/SSRN-id2198547.pdf> Acesso em: 10 dez. 2021.

DIMAND, R.; DIMAND, M.; FORGET, E. **A biographical dictionary of women economists.** Massachusetts, EUA: Edward Elgar Publishing, 2000.

FALCO, Maria. Introduction: Who Was Mary Wollstonecraft? *In: FALCO, Maria J. (Ed.) Feminist interpretations of Mary Wollstonecraft.* USA: The Pennsylvania State University Press, 1996. p. 1-14.

MCCLOSKEY, Donald. The Rhetoric of Economics. **Journal of Economic Literature.** Vol. XXI, 1983: 481-517.

MARCET, J. **Conversations on Political Economy.** Londres: Paternoster-Row, 1827. 502 p.

MELO, H. As sufragistas brasileiras: relegadas ao esquecimento? **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro**, v. 32, n. 23, 2016.

MONTEIRO, Maria Conceição. Figuras errantes na época vitoriana: a preceptora, a prostituta e a louca. **Fragmentos**, 8(1): 61-71, 1998.

SCHIEBINGER, Londa. **Tiene sexo la mente. Las mujeres em los Orígenes de la ciência moderna**. Madrid: Ediciones Cátedra.